

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: A REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (RBP AE) E O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE
Graziela Zambão Abdian **Maia** – UNESP
Agência Financiadora: CAPES e PROEX.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é apresentar resultados de pesquisa que analisou a trajetória do conhecimento na *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* (RBP AE) e nos *Cadernos de Administração Escolar*, publicações da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Contemplo, especificamente, a trajetória do conhecimento sobre *Formação dos profissionais da educação* nas duas publicações e, em seguida, analiso o possível papel da Universidade na formação e atuação dos administradores escolares, baseando-me em projeto desenvolvido entre uma Universidade pública e um sistema municipal de educação.

O trabalho divide-se em três partes principais. Na primeira, realizo breves considerações sobre a pesquisa e analiso o conhecimento sobre *Formação dos profissionais da educação* nas publicações da ANPAE.

Ao considerar resultados obtidos que indicam, entre outros aspectos, a necessidade de vínculo cada vez mais estreito entre Universidade e escolas públicas, analiso, no segundo momento, projeto que reúne atividades de ensino, pesquisa e extensão ao propor a integração entre docentes de uma Universidade e profissionais de um sistema municipal de ensino.¹ Na terceira parte, realizo algumas considerações finais que procuram relacionar as análises efetuadas. As questões teóricas e práticas levantadas pretendem contribuir, ainda que singelamente, com discussões importantes sobre a formação dos profissionais da educação.

2. A PESQUISA

A realização da pesquisa partiu da escassez de estudos teóricos voltados para a área da Administração da educação, da relevância da produção da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e apresentou como objetivos gerais a análise da contribuição teórica em Administração da educação no Brasil publicada pela ANPAE. Como objetivos específicos, apresentei: a organização da produção; o destaque dos movimentos e das tendências dos estudos; a seleção e a análise dos dados históricos

¹ Dada a necessidade de manter o anonimato, não serão indicados os nomes da instituição de ensino superior e do sistema municipal de educação.

presentes em seus arquivos; e a identificação das tendências recentes e da importância atual da ANPAE. Acreditando na real possibilidade de contribuição com a área de conhecimento, o estudo privilegiou a análise dos quatro primeiros *Cadernos de Administração Escolar*² e da *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (1983-2000)*.

O estudo não pretendeu generalizações estatísticas e sim análise interpretativa e crítica do material coletado, sendo trabalhado no contexto da descoberta, com um procedimento intuitivo, maleável e adaptável à trajetória da pesquisa (ALVES, 1991). A pesquisa de campo incluiu também a exploração dos seus arquivos e documentos (1961-2000) que se encontraram, inicialmente, na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), sede da presidência da associação, e foram transportados para a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), durante o desenvolvimento da pesquisa.

Em relação às publicações, os três temas encontrados e analisados desde a publicação dos primeiros *Caderno de Administração Escolar* foram: “Administração”; “Gestão” e “Profissionais da educação”, sendo que no presente trabalho será contemplado o terceiro, com ênfase no que diz respeito à formação.

2.1. A construção do conhecimento sobre *Formação dos profissionais da educação nas publicações da ANPAE*

O lançamento dos *Cadernos de Administração Escolar* representou, na primeira década de existência da Associação, promissora realização e foram destinados a divulgar trabalhos que pudessem auxiliar professores, alunos e administradores escolares.

Em 1961, quando da fundação da ANPAE, além das preocupações pertinentes à natureza e função da administração escolar e da constituição de um corpo teórico nesse campo de estudos, estavam presentes as discussões sobre a formação dos profissionais da educação, especificamente, dos administradores escolares. Considerando a escola como uma grande empresa, alguns fundadores (RIBEIRO, 1968; BREJON, 1968) destacavam, já no início da história da entidade, que a formação de administradores escolares adquiriria excepcional importância diante do grande desenvolvimento dos sistemas educacionais, caracterizados “[...] pela maior diversidade das escolas, dos cursos e ampliação dos períodos de escolarização; pelo aumento do pessoal discente, docente, administrativo, e dos gastos com a educação.” (BREJON, 1968, p. 41). Nos *Cadernos de Administração*

² A ANPAE publicou uma edição comemorativa que integrou os quatro primeiros artigos publicados nos *Cadernos*. Como foi utilizada esta edição, no presente trabalho as referências serão datadas de 1968.

Escolar, os anpaeanos apontaram que, diante do contexto, novos problemas eram apresentados aos administradores e, conseqüentemente, à formação e ao estabelecimento de bases que satisfizessem à constituição de novos quadros e a profissionalização do administrador escolar.

Os anpaeanos expressaram implícita ou explicitamente como devem ser os cursos de formação do administrador escolar. Teixeira (1968), ao comparar a Saúde à Educação, aponta que a ampliação do alcance das atividades da primeira não degradou seu atendimento, já a segunda foi acompanhada de critérios opostos. Para o autor, a generalização dos serviços da educação deveria ser acompanhada de uma ampliação da qualidade do seu trabalho, e isto só seria viável se a preparação do professor fosse semelhante à preparação do médico, “[...] a fim de lhe dar a consciência de sua profissão, para que não lhe seja possível trabalhar senão nas condições adequadas e com adequado equipamento.” (TEIXEIRA, 1968, p. 13). Sem a pretensão de entrar em detalhes quanto à formação de administradores escolares, ele destaca que a administração da escola não deve ser uma carreira especial, mas uma opção posterior que faz o educador já formado e com a devida experiência. Nesse sentido,

[...] a carreira de educador compreenderá na base o professor, que ao longo do seu ministério, poderá especializar-se em supervisor, ou professor de professores, em conselheiro ou orientador, ou guia dos alunos, ou em administrador escolar. O professor continua toda a vida professor, ou opta por uma das três especializações, em que se divide seu mister de educar (TEIXEIRA, 1968, p. 14-15).

Coerente com sua proposta baseada na doutrina de Fayol, Ribeiro (1968) aponta, ao contrário de Teixeira, que a economia seria um dos aspectos favoráveis à formação de administradores de escolas com experiência docente, entretanto, não exclui a possibilidade de soluções alternativas, pois “[...] seria absurdo [...] pretender que diretores, ou administradores de qualquer empreendimento só pudessem obter êxito quando se formassem a partir de experiência nos respectivos serviços de base.” (RIBEIRO, 1968, p. 25).

Tendo em vista suas considerações iniciais a respeito da importância da educação diante do desenvolvimento nacional e do crescimento e aperfeiçoamento das instituições, Brejon (1968) identifica a necessidade de se preparar administradores em número suficiente e em condições de realizarem a imensa tarefa de racionalização das atividades do sistema. Para ele, os licenciados em Pedagogia apresentariam as melhores condições

para o exercício de atividades administrativas escolares, apesar da pequena carga horária da disciplina no curso de Pedagogia.

Na primeira década de sua existência, a ANPAE era uma das principais entidades responsáveis pelas questões referentes à Administração escolar e, conseqüentemente, pelos assuntos pertinentes à formação desses profissionais. Diante das atuais discussões relacionadas à formação dos educadores, parece que os problemas apontados nos *Cadernos* adquirem grande relevância, talvez por não terem sido ainda superados (MACHADO, 2000).

Já na década de 1980, no contexto das iniciativas oficiais que visavam o aprimoramento do estudo e do exercício da administração do ensino e do aparecimento da habilitação em administração escolar nos cursos de Pedagogia, a Associação Nacional lançou, por ocasião dos atos comemorativos do seu vigésimo aniversário na Universidade de São Paulo (1981), a primeira idéia rumo à concretização de um novo veículo de comunicação e intercâmbio para os profissionais da Administração da educação. Com a autorização do Conselho Deliberativo, Maria Beatriz Moreira Luce, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vice-presidente da ANPAE e posterior editor responsável pelas primeiras publicações da *Revista Brasileira de Administração da Educação* (RBAE), elaborou o projeto que foi aprovado em outubro de 1981, contando também com a autorização para a presidência administrar, com a referida Universidade, a editoração da Revista.

A RBAE nascia como um periódico semestral da Associação e tinha o compromisso de apresentar e discutir questões teórico-práticas e, dessa forma, consolidar “[...] mais uma iniciativa intelectual destinada a desempenhar um papel fundamental no aprimoramento do estudo e do exercício da Administração da educação e áreas correlatas no Brasil.” (SANDER, 1983, p. 7).

Exceto por algumas alterações momentâneas³, a RBAE manteve o formato, os objetivos e a forma de seleção dos artigos até meados dos anos 90. Em 1997, especificamente, a publicação sofreu inúmeras alterações, sendo uma delas a mudança de sua denominação para *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, acompanhando também a denominação recente da ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação). Silva (1997), editor da primeira publicação da

³ A RBAE de 1991 (v.7, n.1 e 2), por exemplo, representou a publicação dos trabalhos apresentados no XV Simpósio Brasileiro de Administração da educação – “Das Políticas ao Planejamento e à Gestão da Educação” – e não foram submetidos aos critérios padrões de seleção pelo Conselho Editorial.

nova Revista, apresenta-a como sendo, ao mesmo tempo, um número zero, um número 1 e o número 24. “Número 24 porque, sem dúvida, dá continuidade aos 23 anteriormente publicados. Número 1, porque efetivamente, com ela se inicia uma nova fase. Número zero, porque, lamentavelmente, ainda apresenta os problemas inevitáveis em um novo periódico.” (SILVA, 1997, p. 5).

Continuando o compromisso explicitado na primeira publicação, a Revista manteve sua identidade e renovou-se frente às exigências do momento. A primeira grande alteração, já considerando a atual designação, compreendeu uma nova programação gráfica, englobando o aumento de formato e tamanho, novos padrões de apresentação e atualização de titulação, subtítulo e referências bibliográficas. As alterações no esquema editorial podem ser consideradas as mais marcantes, desse modo, houve a substituição do “Editorial” pela “Carta ao leitor”; a inclusão de artigos de outros países; a introdução da seção “Espaço Aberto” para a discussão de temas polêmicos e o revezamento da seção “Legislação e Normas” com a seção “Memória”.

Realizei, no primeiro momento da pesquisa, o levantamento de todos os números e volumes da Revista (1983-2000) assim como leitura preliminar de todos os resumos dos artigos. Posteriormente, os textos foram agrupados por temas e sub-temas, denominados de categorias e subcategorias.⁴

Antes de apresentar a análise de uma das categorias, é preciso indicar que no período que compreendeu a pesquisa (1961-2000), a ANPAE realizou simpósios nacionais, dois simpósios interamericanos e um Congresso Luso-brasileiro. Houve grandes modificações no interior da ANPAE no que diz respeito à estrutura organizacional, aos objetivos e às finalidades propostas pelos seus associados. Destaca-se o fato de a ANPAE manter-se sempre aberta à cooperação com diversas entidades acadêmicas e profissionais nacional e internacionalmente, sendo “[...] parte integrante do movimento associativo nacional e protagonista de causas importantes da educação brasileira, como o fortalecimento da escola pública, a defesa da universidade pública e a formação dos profissionais da educação [...]” (SANDER, 2003, p. 4).

⁴ Os seguintes volumes e números da RBPAE integraram a categorização: v.1, n.1 e n.2; v.2, n.1 e n.2; v.3, n.1 e n.2; v.4, n. 1 e n.2; v.5, n.1; v.6, n.1; v.7, n.1 e n.2; v.8, n.2; v.9, n.1 e n.2; v.10, n.1 e n.2; v.11, n.1 e n.2; v.12, n.1; v.13, n.1 e n.2; v.14, n.1 e n.2; v.15, n.1 e n.2; v.16, n.1 e n.2.

Não foram encontrados três números, sendo eles: v.5, n.2; v.8, n.1; v.12, n.2. Encontrou-se o v.6, n.2 no rascunho, quando da exploração dos arquivos da ANPAE na Universidade Metodista de Piracicaba no final da construção do presente texto, por essa razão não foi incluído na análise. O v. 12, n.2, intitulado “ Seleção da RBAE: Paradigmas e pesquisas e propostas”, refere-se aos trabalhos representativos publicados pela ANPAE até o momento, por isso não integrou a presente categorização.

Identifiquei a presença de nove categorias acompanhadas de suas respectivas subcategorias, sendo que o quarto tema mais trabalhado foi “Profissionais da Educação” (30 artigos), que esteve presente desde o primeiro número (1983), com alteração de foco nos anos abordados: a publicação passa a discutir não apenas a formação do administrador escolar como também as questões relacionadas ao profissional da educação e à identidade dos cursos de formação, fato justificável pela própria ampliação do quadro de associados e da abrangência da entidade. As reflexões pertinentes à eleição e à função dos profissionais da educação foram desenvolvidas conjuntamente porque, em diferentes tempos históricos, os autores atrelaram a forma de provimento do cargo de diretor ao seu desempenho.⁵

É possível identificar o apontamento da formação dos profissionais da educação como um desafio a ser vencido por uma sociedade que se encontra em contexto marcado por alterações profundas. Entre os autores, é ressaltado que, em plena era espacial, o desenvolvimento do campo pedagógico brasileiro é marcado por um ritmo lento, que os progressos das ciências e da tecnologia precisam ser assimilados pelos administradores escolares e que a ausência de formação do administrador em escala desejável é motivo de preocupação, há muito tempo. (NISKIER, 1983). Além disso, incorpora-se a idéia de que “[...] existe um grande caminho a ser percorrido para transformar em realidade as exigências da formação [...]” e que

[...] para além do discurso acerca da sociedade do conhecimento e da qualidade total dos que reeditam a teoria do capital humano sob a versão “modernizante” do neoliberalismo, mobilizam-se os educadores que lutam pela sua profissionalização e buscam em sua trajetória conquistar a cidadania para todos os brasileiros, como tarefa já assumida pelas associações de classe, científicas, sindicais e estudantis que acreditam que as idéias e ações movem o mundo. (BRZEZINSKI, 1996, p. 121).

Os autores referem-se uns aos outros, em décadas distintas ou não, para exporem suas idéias, fato extremamente interessante que indica a importância teórica produzida pela entidade e, ao mesmo tempo, a não superação do conhecimento produzido na década de 1960 (NISKIER, 1983; MACHADO, 2000).

⁵ Para Cury (1983, p. 139-140), por exemplo, a seleção é a companheira da desigualdade das oportunidades educacionais e o desempenho implica algumas reflexões sobre as posturas que são tomadas no cotidiano da escola, em termos das estruturas de poder. Para Paro (1994, p. 88), a forma como é escolhido o diretor tem, dentre outras características, papel relevante na condução das relações e em como promoverá a busca de objetivos e em seu comprometimento. Assim, para o autor, o concurso pode determinar o descompromisso do diretor para com os objetivos educacionais articulados com os interesses dos usuários, ou induzir à negligência para com formas democráticas de gestão.

Três momentos principais marcaram a produção da RBPAE. O primeiro período compreende o início da década de 1980, representado pela primeira publicação da Revista, em 1983, até a segunda metade da mesma década (1986). Nesta etapa, os artigos apresentam alguns pontos semelhantes e outros divergentes, trazem resquícios da teoria clássica de Administração, defendidos por alguns fundadores da ANPAE (1961–1968) e, principalmente, são marcados pelos questionamentos direcionados à educação e à formação dos profissionais da educação. Entre eles, destaco o caráter burocrático do sistema educacional e a função desse profissional para perpetuar o sistema e a sociedade. Cabe ressaltar que as idéias também estão impregnadas de um contexto marcado pelo processo de redemocratização do país, trazendo questões referentes à própria pressão da sociedade civil e dos educadores pelas mudanças nos cursos de formação dos profissionais da educação (NISKIER, 1983; GADOTTI, 1983; LENHARD, 1983; VALE, 1985; MELLO; SERAFINI, 1985).

Os dois textos publicados em 1986 marcam o movimento do segundo período, que tem como foco principal uma abordagem integrada levantando questões referentes à formação, seleção e atuação (prática) do administrador da educação. Os autores apontam que a sociedade vive um momento de transição política e que a educação, por decorrência, sofre denúncias, questionamentos e críticas. Para eles, pensar grande a tarefa da Administração da educação é pensar como ela pode interferir com sua parcela a partir da democratização da escola (CURY, 1986), e como sua formação, seleção e prática podem ser pensadas enquanto formas de reconstrução da escola pública nesse momento de transição (FRANCO, 1986).

Além da defesa da formação mais complexa, crítica e questionadora do sistema, nesse momento específico, a RBAE introduz questões relacionadas ao compromisso do administrador escolar e ao trabalho coletivo na escola. Para Cury (1986), é fundamental numa atuação democrática do administrador escolar, o processamento de um conjunto de regras elaboradas, conhecidas e difundidas no espaço institucional, somada a um compromisso com a ação colegiada, que implica o planejar e o formalizar dos objetivos discutidos coletivamente e explicitados no projeto de escola. Segundo Franco (1986), a opção na formação, na seleção e na prática do administrador encontra-se no compromisso que pressupõe alguns componentes:

No componente do saber se funda o compromisso com o conhecimento, no componente coletivo está o compromisso com a participação e no componente ético está a base do compromisso com a qualidade. O componente político e o

compromisso que lhe é próprio transpassam os demais articulando-os, mas também sendo articulados por ele (FRANCO, 1986, p. 125).

Como terceiro momento, identifica-se a segunda metade da década de 1990 até 2000, na qual foram publicados quatro artigos teóricos sobre o tema. Os autores destacam a importância da existência de um administrador escolar que possa desenvolver novas formas de gestão escolar, colegiadas e participativas, em sintonia com a democratização da sociedade como um todo (BRZEZINSKI, 1996), para isto, eles defendem os mesmos princípios da ANFOPE⁶: todo profissional de educação tem a docência como base de sua identidade profissional; a eliminação da dicotomia entre bacharelado e licenciatura; a exigência da formação para a docência para os administradores escolares; a adoção de uma Base Nacional Comum como resistências ao currículo mínimo fixado pelo, na época, Conselho Federal de Educação. Há uma discussão sobre a identidade do curso de Pedagogia (SILVA, 1999) e a indicação de que a ANPAE, ANFOPE e ANPed vêm resistindo às propostas que separam a formação docente da dos demais profissionais da educação (MACHADO, 2000).

É possível perceber que a ANPAE solidificou sua crítica ao sistema centralizador, autoritário e burocrático, que enfatiza a técnica acima de outros elementos importantes. Muitos autores (GADOTTI, 1983; LENHARD, 1983; BRZEZINSKI, 1996) demonstraram a insatisfação com o modelo educacional tecnoburocrático, que adormece a espontaneidade e a inovação, e defenderam a maior flexibilidade do sistema, a autonomia das escolas e a construção de uma cultura profissional baseada, fundamentalmente, na possibilidade de convivência e construção coletivas. As experiências relatadas reforçaram a idéia apontada por Brejon (1968) ao tornarem evidentes práticas de maior integração entre sistema público de ensino e universidade (WERLE, 1992), de trabalho coletivo nas instituições (MENEGETTI, 1999) e de flexibilidade para a construção de cursos alternativos para a formação dos profissionais da educação (VIEIRA *et al*, 1999; BORDIGNON, 1996).

Dos artigos publicados entre 1983-2000, é possível identificar que, a partir de 1980, os educadores começaram a participar da caminhada do Movimento Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador, transformado, posteriormente, em ANFOPE e que, conseqüentemente, o assunto passou a integrar a agenda das

⁶ Associação Nacional para a Formação dos Profissionais da Educação

preocupações da educação e a ser objeto de estudos de agências, associações e pesquisadores (BRZEZINSKI, 1996).

Da análise, apreendem-se dois movimentos complementares e convergentes que reivindicam uma alteração na formulação dos cursos de formação dos educadores e são coerentes com as experiências relatadas. Um deles é o movimento dos próprios educadores que passam a pressionar o Estado com propostas alternativas (GADOTTI, 1983), apresentando alguns pontos consensuais: os cursos devem conter uma análise da situação da educação brasileira contemporânea; os educadores devem participar das decisões; deve haver uma descentralização de recursos e responsabilidades e autonomia maior em todos os planos. Para eles, é essencial formar o educador com conhecimento da realidade social, com formação teórica e que esteja comprometido com a população, o administrador da educação deve exercer a função educativa da escola e, junto com os demais educadores, criar condições para a realização do ato pedagógico, para a sua formação, sendo imprescindível a experiência docente.

Os autores também apontam que a técnica deve estar a serviço do projeto histórico e político e deve propiciar interações ricas entre o saber e a prática, como subsídios para a ação e que favoreça o acesso das camadas populares ao conhecimento sistematizado (FRANCO, 1986). O ensino e a formação de administradores escolares precisam ter como preocupação nuclear o problema da educação popular e, para que isso ocorra, os administradores precisam desenvolver uma Filosofia e uma Política sintonizadas com a maioria da população (VALE, 1985).

A partir da década de 1990, os textos da RBPAE apresentam as tendências da ANFOPE: todo profissional da educação tem a docência como base de sua identidade profissional; é preciso eliminar a dicotomia entre bacharelado e licenciatura; a formação do administrador escolar requer a formação para a docência; é preciso adotar uma Base Nacional Comum em oposição ao currículo mínimo fixado pelo Conselho Federal de Educação.⁷ Enfim, a ANFOPE pretende a estruturação de uma política educacional global de formação e profissionalização do magistério para tratar da formação inicial; das condições de trabalho, do salário, da carreira e da formação continuada (SILVA, 1999).

Houve, desde a fundação da ANPAE, uma considerável ampliação das discussões e debates quanto à formação dos educadores, sendo assim, as publicações passaram a

⁷ A ANFOPE entende por Base Nacional Comum o núcleo essencial da formação do profissional da educação, ponto de referência para a articulação curricular de cada instituição formadora; ele pode assegurar a flexibilidade na organização curricular (BRZEZINSKI, 1996).

discutir não somente as questões relacionadas à formação de administradores escolares/da educação (1961-1968 e início da década de 1980), como também assuntos sobre a formação de profissionais da educação, incluindo docentes da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental e sobre a identidade do curso de Pedagogia. A RBPAE lançou, recentemente, um número específico para a discussão sobre as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, o que reforça a idéia de compromisso da publicação e, conseqüentemente, da ANPAE com a formação dos profissionais da educação (RBPAE, 2007). Considero que o grande mérito das publicações está na ampliação do debate e na contribuição com a participação efetiva nos movimentos de resistência a atos antidemocráticos e de transferência da formação de professores das séries iniciais do ensino fundamental do curso de Pedagogia para as escolas normais superiores e Institutos Superiores de Educação.

3. O PAPEL DA UNIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Nas pesquisas sobre as publicações da ANPAE, além do já evidenciado sobre a formação dos profissionais da educação, identifiquei movimento que partiu da crítica à transposição das teorias da Administração de empresas para a Administração escolar - presente principalmente na década de 1980 - e estabeleceu importância fundamental às realidades específicas das diferentes unidades escolares, mediante realização de estudos qualitativos, mais especificamente, os estudos de caso. No final da década de 1990, os artigos valorizam a percepção dos integrantes das organizações escolares, o processo de tomada de decisão, a construção e concretização de propostas específicas e são, por unanimidade, contrários às teorias que possam ser generalizáveis às escolas.

Recentemente, há outras publicações na área que privilegiam a escola e suas relações com as reformas educacionais, destaque merece a abordagem de Silva Jr; Ferretti (2004, p.45) que concebem a instituição escolar como construtora de sua própria forma de ser e de se organizar e indicam a possibilidade de ela utilizar seus próprios critérios para “analisar, incorporar, negar ou modificar o que lhe é proposto por meio da prática escolar, cuja centralidade constitui-se no indissociável binômio apropriação-objetivação”. Os autores (2004, p.23 grifos dos autores) indicam a

[...] instituição escolar como espaço de mediação entre a cotidianidade e as atividades humanas não-cotidianas, tendo como principal e concreto móvel mediador a prática escolar e sua potência derivada da

contradição de poder formar o *indivíduo em-si alienado* ou o *indivíduo para-si*, na expressão de Duarte (2000).

No contexto das reformas educacionais e do movimento teórico⁸, a formação e competência (técnica e política) dos profissionais da educação passam a ser preocupação de grande parte dos envolvidos com as questões da qualidade de ensino. Os elementos integrantes deste movimento que incluem os resultados da análise das publicações da ANPAE, acrescidos das questões que permeiam a construção de minha formação e atividade profissionais foram propulsores da idéia central da pré-proposta de trabalho conjunto entre Universidade e escolas públicas de educação básica.

3.1. Trajetória do projeto: idealização e concretização.

Dos resultados da pesquisa e das inquietações em relação às atuais necessidades de formação dos profissionais da educação, foi construído um projeto com apoio da Pró-Reitoria que integrou atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A opção foi por trabalhar a reflexão a partir do conceito de metodologia dialógico-problematizadora desenvolvido por Paulo Freire (1983), já apropriado e sistematizado por outros autores (LIMA, 1998). O trabalho partiu do princípio de que trabalhar com os profissionais da educação das escolas de educação básica é, sobretudo, uma troca. Ensino com quem aprendo e vice-versa. Além da necessidade de interação, o aprender com o outro é um fator preponderante para quem forma profissionais para atuarem na educação básica e que, portanto, precisam conhecer esse nível de ensino de perto, até mesmo para não ouvir a tão propalada frase “a teoria é uma e a prática é outra”.

O projeto aprovado pela Pró-Reitoria previa como procedimentos metodológicos: a) contato com a Secretaria de educação; b) formação de grupo integrado pelos administradores do sistema municipal, coordenadores do projeto, alunos do curso de Pedagogia que realizam estágio nas escolas municipais; c) realização de encontros quinzenais com o grupo; e d) avaliação do projeto pelos seus integrantes. Houve resistência inicial da secretaria de educação do município que se localiza a Universidade

⁸ As reformas educacionais foram trabalhadas por diversos autores. Ver: BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação e Sociedade*. Revista de Ciência de Educação. Campinas CEDES, vol.26. n.92, outubro de 2005; e OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas conseqüências para os trabalhadores docentes. *Educação e Sociedade*. Revista de Ciência de Educação. Campinas CEDES, vol.26. n.92, outubro de 2005.

e, desta forma, foi preciso percorrer (docentes e alunos proponentes) algumas cidades vizinhas para o estabelecimento de possível vínculo, o que foi possível em município próximo, com aproximadamente 60.000 habitantes e dez escolas pertencentes ao sistema de educação.

O trabalho partiu da metodologia dialógico-problematizadora por acreditar na possibilidade de concretização das duas ações complementares: o diálogo e a problematização. Na idealização do projeto e na concretização dos encontros, concebemos que “educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p.69) e se ela é

[...] esta relação entre sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível, na qual o educador reconstrói, permanentemente, seu ato de conhecer, ela é necessariamente, em consequência, um que fazer problematizador (FREIRE, 1983, p.81).

Em 2007, houve construção coletiva de proposta de trabalho constituída de sete encontros marcados, sobretudo, pela problematização das práticas, diálogo e aprendizado coletivo. Partiu-se da necessidade, decidida coletivamente, de uma escola conhecer a outra, desta forma, vivenciaram-se construções do fazer cotidiano individual (de cada profissional) e coletivo (de cada organização), em busca de objetivos comuns para escolas pertencentes ao mesmo sistema. Além disso, foram trabalhados textos sobre a organização do trabalho pedagógico na escola, planejamento participativo, saberes necessários à educação do futuro e estudos de casos específicos às realidades levantadas.

A avaliação, realizada coletivamente no processo e no último encontro, indicou a importância de continuidade do trabalho, pensando na incorporação de novos integrantes das escolas (docentes, funcionários não docentes) e também em uma possível intervenção mais direta nas escolas como, por exemplo, a organização de espaços escolares. No final do ano, após o encerramento do trabalho, o município passou pelo processo de municipalização e das dez escolas envolvidas, passaram para vinte.

Em 2008, foram realizados encontros quinzenais durante todo o ano e, no primeiro, foi decidido, coletivamente, que a formação contemplasse o pensar coletivo a construção do projeto político-pedagógico. O trabalho, portanto, integrou os outros profissionais das escolas – coordenadores pedagógicos e docentes – na problematização sobre o cotidiano escolar, no diálogo e no pensar/fazer sobre os limites e possibilidades de construção do projeto político-pedagógico (VEIGA, 1995).

Dado o espaço deste trabalho, não se faz possível o detalhamento dos encontros realizados e dos diálogos estabelecidos entre docentes da universidade e profissionais da educação das escolas públicas. Entretanto, aponto como resultados parciais: o total comparecimento e efetiva participação dos profissionais que não foram convocados, mas convidados pela Secretaria de Educação; integração dos alunos da graduação e dos profissionais de ensino da cidade; trabalho coletivo realizado pelos docentes da Universidade. A concepção metodológica adotada proporcionou a possibilidade de (re)pensar os caminhos percorridos e a necessidade de aproximação mais direta das escolas nas quais os profissionais atuam, é um trabalho contínuo de avaliação, formação e crescimento coletivos.

A efetivação de um espaço de aprendizagem entre escolas contribuiu para dar evidência à identidade do profissional da educação como aquele que também pesquisa e aprende. Mergulhar na sua rotina e na rotina do outro, transformá-la em objeto de análise, tem possibilitado conhecer um ao outro e a organização de temas e problemas a serem investigados na sua singularidade. O trabalho reflexivo das práticas profissionais desenvolvidas nas escolas, ao exprimir redes de significações partilhadas nas e pelas trajetórias de vida, coloca em evidência o caráter emancipatório dessas práticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da pesquisa realizada e analisada na primeira parte deste trabalho, identifiquei alguns aspectos presentes na construção do conhecimento sobre formação dos profissionais da educação nas publicações da ANPAE, entre eles, merece destaque a insatisfação dos autores com o modelo educacional tecnoburocrático e centralizador, que adormece a espontaneidade e a inovação, e a defesa da flexibilidade do sistema, da autonomia das escolas e da construção de uma cultura profissional baseada, fundamentalmente, na possibilidade de convivência e construção coletivas.

Acredito que o diálogo e a problematização são atividades fundamentais na prática dos educadores, propulsoras de participação coletiva e consciente nas mudanças da educação e de um fazer efetivo. Eles são dependentes de vivência e aprendizado, elementos praticamente ausentes da formação baseada em conteúdos e pouco dialógica presente dos anos iniciais de nossa formação aos diferentes cursos superiores e de formação continuada apresentada pelos diferentes governos.

Em relação ao fazer cotidiano dos profissionais envolvidos com o projeto desenvolvido e explicitado na segunda parte do trabalho, acrescento ao já exposto, a

dificuldade de momentos propícios à reflexão, à troca e à problematização, diante da rotina sobrecarregada de resoluções e respostas imediatas impostas pelo contexto de trabalho.

A idealização do trabalho partiu exatamente da necessidade de proporcionar momentos do que denominamos dialogicidade problematizadora, com base nas leituras de Paulo Freire (1983, 2006) e de alguns de seus seguidores (LIMA, 1998), e também na perspectiva apresentada pelas publicações da ANPAE. Neste sentido, acredito na possibilidade de pensar, organizar e executar programas de formação permanente mediante trabalho conjunto entre Universidade e Administração do sistema, “[...] que se funde, sobretudo, na reflexão sobre a prática” porque “[...] não se muda a cara da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente” (FREIRE, 2006, p.25).

Cabe ressaltar, finalmente, o movimento presente na construção do presente texto que partiu da apresentação de pesquisa que abordou, entre outros aspectos, a construção do conhecimento sobre a formação dos profissionais da educação e ampliou a perspectiva ao basear-se em seus resultados para estruturar projeto que vincula alunos de graduação (ensino) ao trabalho com escolas públicas (extensão) e avanço no conhecimento da área específica (pesquisa).

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alda Judith. O planejamento de pesquisa qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio, 1991.
- BORDIGNON, G. A formação do administrador da educação e a questão da qualidade: análise de uma experiência. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 103-109, 1996.
- BREJON, M. Alguns aspectos da formação de Administradores Escolares. In: *Administração Escolar: Edição comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar*. Salvador: ANPAE, p. 41-59, 1968.
- BRZEZINSKI, I. A questão da qualidade: exigências para a formação dos profissionais da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Brasília, v. 12, n. 1, p. 110-123, 1996.
- COSTA, J. A. A administração educacional na formação de professores: retrospectiva de duas décadas na Universidade de Aveiro. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 227-240, 1999.
- CURY, C. R. J. O profissional de Administração da educação: seleção, formação e atuação. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 106-113, 1986.
- FRANCO, M. E. D. P. O desvelamento e a contraposição de mitos na Administração da educação brasileira. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 114-127, 1986.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7.ed. RJ: Paz e Terra, 1983. (O Mundo, Hoje, v.24).
- FREIRE, P. *A educação na cidade*. 7. ed. SP: Cortez, 2006.
- GADOTTI, M. A formação do administrador da educação: análise de propostas. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, n. 1, v. 2, p. 38-47, 1983.
- LENHARD, R. A qualidade do ensino elementar, o professor e a política. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, n. 1, v. 2, p. 136-154, 1983.
- LIMA, L. C. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MACHADO, L. M. Política e práticas na formação de professores: riscos de corrupção da teoria. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 225-233, 2000.

MELLO, E.; SERAFINII, O. O perfil do administrador escolar: necessidade ou inutilidade. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 22-40, 1985.

MENEGHETTI, R. G. K. A elaboração do projeto pedagógico como elemento de formação do profissional da educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 105-112, 1999.

NISKIER, A. A formação do administrador escolar. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 130-138, 1983.

RIBEIRO, J. Q. Introdução à Administração Escolar (Alguns pontos de vista). In: *Administração Escolar*: Edição comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar. Salvador: ANPAE, p.18-40, 1968.

SANDER, B. Apresentação. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, 1983.

SANDER, B. A ANPAE celebra sua trajetória histórica. *Depoimento*. New York, nov. 2001. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/anpae/depoimento_benno.php>. Acesso em: 01 ago. 2003.

SILVA, Jorge Ferreira da. Carta ao leitor. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 13, n. 1, 1997.

SILVA, C. S. B. da. A questão da identidade do Curso de Pedagogia no Brasil: fase das propostas (1979-1998). *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 71-82, 1999.

SILVA JR, J. dos R; FERRETTI, C. J. *O institucional, a organização e a cultura da escola*. SP: Xamã, 2004

TEIXEIRA, A. S. Natureza e função da Administração Escolar. In: *Administração Escolar*: Edição comemorativa do I Simpósio Interamericano de Administração Escolar. Salvador: ANPAE, p.9-17, 1968.

VALE, J. M. F. do. O ensino da administração e a formação de administradores escolares. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 61-71, 1985.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro Veiga. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. S.P.: Papyrus, 1995.

VIEIRA, S. L. et al. Políticas de formação do magistério: experiências inovadoras no Ceará. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 83-94, 1999.

WERLE, F. O. C. Participação da Universidade com os demais níveis de ensino e a formação do educador - novas perspectivas para o administrador da educação. *Revista Brasileira de Administração de Educação*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 79-99, 1992.